

Alternativas

GAZETA MERCANTIL

novas para

18 JUL 1990

Dinda Ext

a conversão

por Celso Pinto
de Londres

O governo brasileiro está disposto a "explorar alternativas" para conversão de dívida externa em investimentos em outras áreas, além da privatização de empresas estatais, anunciou a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em duas palestras que fez ontem em Londres. A idéia é usar a conversão para financiar projetos turísticos no Nordeste.

A dívida externa foi um dos temas recorrentes da ministra, num dia de encontros com autoridades e empresários. Banqueiros britânicos voltaram a sugerir que o Brasil faça algum pagamento dos juros atrasados e ouviram da ministra a garantia de que o País continuará negociando com o comitê dos bancos. A ministra acenou, também, com a possibilidade de uma maior abertura das bolsas ao capital estrangeiro.

O ponto mais importante do dia, contudo, foi um en-

contro de 40 minutos com a primeira-ministra Margaret Thatcher, em si um gesto de deferência com o Brasil. Zélia Cardoso de Mello saiu do encontro entusiasmada, classificando a postura da primeira-ministra como "excepcional" em relação ao Brasil. Thatcher perguntou sobre as dificuldades do governo na área trabalhista, sobre a qual estava bem informada. Ela lembrou os problemas de greves e demandas salariais que ela própria enfrentou na Grã-Bretanha e deu um conselho: manter firme o curso da política de ajuste.

Thatcher, segundo a ministra brasileira, sugeriu que o Brasil negocie rapidamente um acordo com o FMI e disse que possivelmente, dado o teor do programa de ajuste, o País não deverá ter problemas com o Fundo. Nenhum tema específico de negociação entrou na conversa, mas a ministra saiu com a expectativa de um apoio britânico nas negociações do Brasil com o FMI e com o Clube de Paris.

Para os banqueiros, uma das novidades interessantes trazidas pela ministra brasileira foi a maior abertura nas conversões da dívida. Há cerca de um ano e meio, o Brasil suspendeu as operações de conversão e a única exceção admitida até agora era para futuras privatizações de estatais.

O que a ministra tem em mente é a montagem de um programa de conversão de dívida em investimentos turísticos no Nordeste, disse ela a este jornal. Algo que poderia talvez começar a operar no início do próximo ano.

O presidente da Embraur, Ronaldo Monte Rosa, imagina canalizar cerca de US\$ 2 bilhões, nos próximos dois anos, em projetos turísticos originados através de conversão da dívida. A idéia é não só construir hotéis, mas explorar projetos mais amplos, em alguns casos ligados à preservação ambiental. A área de Carajás, no Pará, por exemplo, poderá ser o piloto para um projeto de exploração de um tipo de turismo voltado para o interesse ambiental.

A ministra incluiu outra boa notícia aos banqueiros, ao enfatizar, nos dois dias, que o Brasil preten-

de continuar usando o comitê assessor dos bancos credores como canal de negociação. O governo está interessado em discutir

(Continua na página 6)

O superávit comercial do País em junho foi pouco superior a US\$ 1 bilhão, mas ficou abaixo dos resultados de maio, de US\$ 1,7 bilhão, segundo o secretário nacional de Economia, João Maia. Ele atribui essa diferença à greve dos portuários no mês passado. Os números finais da balança comercial serão divulgados hoje.

(Ver página 6)

Alternativas novas para a....

por Celso Pinto
de Londres

(Continuação da 1ª página)
alternativas para negociação com cada banco, mas não pretende descartar o comitê.

O presidente do Midland Bank, Sir "Kit" McMahon, e o diretor do Lloyds Bank, Sir William Harding (antigo embaixador no Brasil), representante dos dois maiores bancos credores britânicos, gostaram da novidade. Num coquetel que se seguiu à palestra da ministra na residência do embaixador brasileiro, ambos quiseram confirmar com ela se haviam entendido corretamente suas colocações e ficaram satisfeitos com a resposta afirmativa da ministra.

"O Brasil deve procurar retomar a negociação com os bancos privados talvez ao mesmo tempo em que negocia com o FMI", disse Sir "Kit" a este jornal. De imediato, ele sugere que o Brasil faça algum pagamento de juros atrasados, como uma demonstração de boa vontade com os bancos. Ele disse isso à ministra, mas, nesse caso, ouviu uma resposta evasiva. O Midland já tem US\$ 170 milhões apenas em atrasos de juros brasileiros, reclamou Sir "Kit".

"Como você sabe, alguns bancos estão reduzindo as linhas comerciais (de curto prazo) ao Brasil, o que não é o caso do nosso banco, e isso pode ser prejudicial ao País", insistiu Sir "Kit", ao sugerir que o corte nas linhas é decorrência da relutância brasileira em pagar juros atrasados e negociar um acordo. A ministra não afastou a hipótese de abrir negociação com os bancos privados num prazo relativamente curto, mas tampouco comprometeu-se com qualquer data.

Mais do que isso, em ambos os discursos que fez deixou claras as limitações que o País terá na negociação. De um lado, enfatizou a ministra, o governo quer soluções permanentes, que não incluam compromissos que não seja capaz de cumprir. De outro, não abre mão de negociar priorizando o programa interno de estabilização. O Brasil não pretende gerar superávits comerciais crescentes e sim buscar a modernização de sua indústria através de maior abertura da economia. Supõe que isso afetará favoravelmente as exportações e, com isso, contribuirá para manter algum superávit externo, mas a ênfase não será buscar megasuperávits.

O programa da ministra em Londres foi substantivo. Além da audiência com a primeira-ministra, Margaret Thatcher, ela esteve ainda, rapidamente, com o chanceler do Erário (ministro da Fazenda), John Major, e o ministro adjunto para assuntos econômicos, Richard Ryder, com o primeiro-ministro adjunto, Sir Geoffrey Howe, com o ministro adjunto para Comércio, Lord Trefgarne.

Nos encontros com autoridades, as conversas foram mais genéricas: não havia pontos específicos na agenda a negociar, apenas o desejo de explicar melhor o programa econômico brasileiro e tentar contar com algum apoio do governo nas futuras conversas com o Clube de Paris. Major, por exemplo, queria saber da disposição brasileira em negociar com os bancos internacionais, com o Fundo e com o Clube de Paris. Howe, bem informado sobre detalhes do plano brasileiro, perguntou muito sobre o ajuste fiscal e monetário.

O objetivo central dessa viagem, contudo, é, segundo a ministra, mais comercial do que de negociação.

Ela quer explicar as mudanças recentemente intro-

duzidas na economia, como a maior abertura às importações, defender as chances de sucesso do plano de estabilização e, em especial, tentar atrair negócios e investimentos externos para o País.

Por essa razão, aliás, ela convidou alguns empresários brasileiros para acompanhá-la na viagem, entre eles, o presidente da Federação dos Bancos, Leo Cochrane; o presidente do grupo Monteiro Aranha, Olavo Monteiro de Carvalho; o vice-presidente do grupo Camargo Correia, Luiz Nascimento; o diretor da Cutrale, Wilson Quintella; além de Benedito Moreira, da Associação de Comércio Internacional; David Feffer, diretor da Suzano de Papel e Celulose; Alex Fontana, presidente do grupo Sadia; e Roberto Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Cooperativas.

A discussão com a comunidade empresarial britânica aconteceu em duas ocasiões em Londres. Pela manhã, a ministra participou de um seminário sobre o Brasil organizado pela Câmara Londrina de Comércio, com cerca de cem participantes de várias áreas. No almoço na residência do embaixador, ela

encontrou-se com um grupo mais selecionado. Além de Sir "Kit" e Sir Harding, estavam presentes, entre outros, Patrick Sheehy, presidente da British American Tobacco (Souza Cruz no Brasil); Richard Evans, executivo chefe da British Aerospace; Lord Richardson, presidente do Morgan Stanley; e Oliver Page, do Bank of England.

O discurso da ministra procurou explicar a mecânica do plano de estabilização e as reformas de mais longo fôlego, como a abertura comercial. O que o atual governo pretende, resumiu a ministra, "é fazer um choque de capitalismo e modernização".

Na Câmara de Comércio, seu discurso foi bem recebido, mas duas perguntas procuraram saber como o governo pretende enfrentar a delicada discussão da política salarial e os resultados da próxima eleição.

A ministra admitiu as dificuldades no caso da política salarial, mas argumentou que o governo já foi capaz, dentro das atuais limitações constitucionais e dificuldades políticas, de implementar algumas reformas de longo alcance — portanto, não tem por que não continuar fazendo o

mesmo com o futuro Congresso.

Depois de 30 anos de convivência com a indexação e 10 anos vivendo com uma inflação superior a 100% ao ano, o País criou uma cultura e uma memória inflacionária difíceis de serem modificadas. Ela espera, no entanto, que bons resultados inflacionários neste mês e no próximo ajudem nas negociações em relação à lei salarial que deverá seguir o veto presidencial à lei aprovada pelo Congresso.

Finalmente, ela não descartou a hipótese de o Brasil flexibilizar mais o ingresso de capitais externos nas bolsas de valores. "A primeira etapa é acabar com a inflação e criar regras claras e estáveis", disse ela. "Numa segunda etapa, vamos criar condições para restaurar o crescimento econômico e repensar alguns mecanismos de investimentos." Um deles poderá vir a ser uma maior abertura das bolsas ao capital externo.

A ministra seguiu ontem à noite para Boon, na Alemanha, onde terá encontros com autoridades e empresários. Fará o mesmo, na quarta-feira, em Paris, e, na quinta-feira, em Roma.

17 JUL 1990